

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.
A Assembleia Geral Extraordinária da SH1 realizada em 30 de novembro de 2012, deliberou, entre outros assuntos, a cisão total das controladas Aliança Participações S.A., com a versão do acervo líquido cindido

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 (Em milhares de Reais)

	Nota	2013 (reapresentado)	2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Ativo				
Circulante		4.119.618	2.978.972	1.992.780
Disponível		195.842	123.931	44.814
Caixa e bancos		195.842	123.931	44.814
Aplicações	5	1.548.715	1.498.804	1.073.399
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.304.891	572.114	334.645
Prêmios a receber	7	1.041.283	475.023	298.619
Operações com seguradoras		6.560	4.460	9.642
Operações com resseguradoras	8	257.048	92.631	26.384
Outros créditos operacionais		19.472	15.452	10.701
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas		324.605	207.040	175.481
Títulos e créditos a receber		274.002	297.550	209.076
Títulos e créditos a receber	9	258.172	139.373	64.521
Créditos tributários e previdenciários	23 b	411	142.247	128.218
Outros créditos		15.419	15.930	16.337
Outros valores e bens		9	211	188
Bens a venda		9	211	188
Despesas antecipadas		4.843	3.701	2.376
Custos de aquisição diferidos	16	447.239	260.169	142.100
Seguros		447.239	260.169	142.100
Ativo não circulante		4.234.550	2.661.476	1.732.224
Realizável a longo prazo		4.188.774	2.627.398	1.703.176
Aplicações	5	1.973.334	1.075.236	939.052
Créditos das operações com seguros e resseguros		743.682	367.038	-
Prêmios a receber	7	743.682	367.038	-
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas		16.524	15.903	14.910
Títulos e créditos a receber		929.612	863.123	658.248
Créditos tributários e previdenciários	23 b	274.134	240.116	83.245
Depósitos judiciais e fiscais	20 a	655.478	623.007	575.003
Custos de aquisição diferidos	16	522.622	306.098	90.966
Seguros		522.622	306.098	90.966
Investimento		5.930	4.072	4.086
Participações societárias		5.925	4.067	4.081
Outros investimentos		5	5	5
Imobilizado	10	9.405	15.700	16.262
Imóveis de uso próprio		1.460	1.631	1.801
Bens móveis		9.929	14.050	14.436
Outras imobilizações		16	19	25
Intangível	11	30.441	14.306	8.700
Outros intangíveis		30.441	14.306	8.700
Total do ativo		8.354.168	5.640.448	3.725.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

da Aliança Participações à SH1 e à Companhia, com a consequente extinção da empresa cindida. A partir dessa operação, a SH1 passou a controlar diretamente a Companhia.
Em 2013 a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 5.496,0 milhões e lucro líquido de R\$ 852,1 milhões, representando, respectivamente, incrementos de 39,3% e de 53,4% sobre os resultados do ano anterior.
Os Acionistas deliberaram o pagamento de dividendos no total de R\$ 559,7 milhões, em Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, realizadas em 28 de março de 2013, em 26 de junho de 2013, em 28 de novembro de 2013 e em 20 de dezembro de 2013.

	Nota	2013 (reapresentado)	2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Passivo				
Circulante		4.391.761	2.685.451	1.721.359
Contas a pagar		267.543	393.185	287.004
Obrigações a pagar		62.503	88.011	16.220
Impostos e encargos sociais a recolher		8.718	3.784	3.521
Encargos trabalhistas		5.787	6.787	4.989
Impostos e contribuições	12	188.028	295.603	262.274
Débitos de operações com seguros e resseguros		1.247.808	627.601	283.160
Prêmios a restituir		3.448	58.107	48.050
Operações com seguradoras		1.838	3.570	1.171
Operações com resseguradoras	8	606.277	172.877	135.612
Corretores de seguros e resseguros	13	550.766	281.228	66.810
Outros débitos operacionais	14	85.479	111.819	31.517
Depósitos de terceiros		15	143.195	9.254
Provisões técnicas - seguros	16	2.733.215	1.655.411	1.145.358
Danos		1.045.111	667.326	437.878
Pessoas		1.688.104	988.085	607.480
Passivo não circulante		2.710.348	1.980.432	1.267.257
Contas a pagar		5.055	3.711	3.711
Provisões técnicas - seguros	16	2.161.218	1.453.397	771.857
Danos		88.351	74.422	70.879
Pessoas		2.072.867	1.378.975	700.978
Outros débitos		549.130	521.980	495.029
Provisões judiciais	20	549.130	521.980	495.029
Patrimônio líquido		1.252.059	974.565	736.388
Capital social	21	380.482	380.482	380.482
Reservas de lucros		146.645	146.645	1.283
Ajustes de avaliação patrimonial		(7.371)	7.583	557
(-) Ações em tesouraria		-	(8.751)	(8.751)
Total do passivo		8.354.168	5.640.448	3.725.004

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

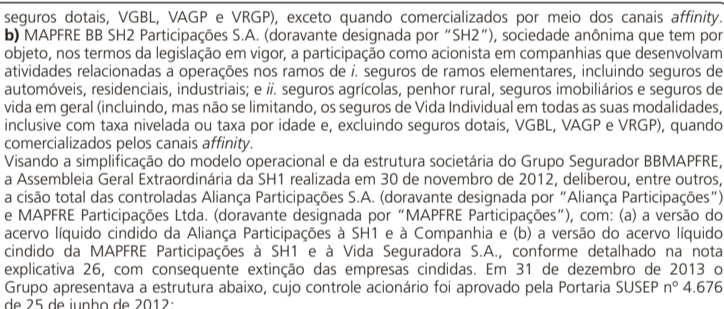
	Capital social	(-) Ações em tesouraria	Reservas de lucros		Reserva de títulos e valores mobiliários	Ajustes com valores acumulados	Lucros	Total
			Reserva legal	Reserva de investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	380.482	-	-	-	-	557	-	736.388
Dividendos deliberados - AGE de 30 de março de 2012	-	-	-	(182.000)	-	-	-	(182.000)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	7.026	-	7.026
Reserva especial de ação - AGE de 30 de novembro de 2012	-	-	145.362	-	-	-	-	145.362
Dividendos deliberados - AGE de 08 de outubro de 2012	-	-	-	(89.600)	-	-	-	(89.600)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	555.589	555.589
Proposta para distribuição do resultado:								
Dividendos deliberados em AGE de 26 de dezembro de 2012	-	-	-	(15.190)	-	-	(183.010)	(198.200)
Reserva legal	-	-	70	-	-	-	(70)	-
Reserva de lucros	-	-	-	372.509	-	-	(372.509)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	380.482	(8.751)	146.645	76.096	372.510	7.583	-	974.565
Criação da reserva de investimentos - AGE de 28 de março de 2013	-	-	-	(259.510)	-	259.510	-	-
Cancelamento de 4.619 ações preferenciais - AGE de 28 de março de 2013	-	8.751	-	-	-	(8.751)	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(14.954)	-	(14.954)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	852.148	852.148
Proposta para distribuição do resultado:								
Dividendos deliberados e pagos - AGE de 28 de março de 2013	-	-	-	(113.000)	-	-	-	(113.000)
Dividendos deliberados e pagos - AGE de 26 de junho de 2013	-	-	-	-	(71.300)	-	-	(71.300)
Dividendos deliberados e pagos - AGE de 28 de novembro de 2013	-	-	-	-	(179.458)	-	(165.942)	(345.400)
Dividendos deliberados e pagos - AGE de 20 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	656.206	-	(656.206)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	380.482	-	146.645	76.096	-	656.207	(7.371)	1.252.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil (doravante referida também como "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - (SUSEP) a operar em todos os ramos de seguros em todo o território nacional e atua com os ramos riscos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 28.196.889/0001-43. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa 23. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGUADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BBMAPFRE), representado por duas Sociedades Holdings: **a)** BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (doravante designada por "SH1"), sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias de seguros que atuam nos ramos de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos canais *afinity*.
Visando a simplificação do modelo operacional e da estrutura societária do Grupo Segurador BBMAPFRE, a Assembleia Geral Extraordinária da SH1 realizada em 30 de novembro de 2012, deliberou, entre outros, a cisão total das controladas Aliança Participações S.A. (doravante designada por "Aliança Participações") e MAPFRE Participações Ltda. (doravante designada por "MAPFRE Participações"), com: (a) a versão do acervo líquido cindido da Aliança Participações à SH1 e à Companhia e (b) a versão do acervo líquido cindido da MAPFRE Participações à SH1 e à Vida Seguradora S.A., conforme detalhado na nota explicativa 26, com consequente extinção das empresas cindidas. Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Circular SUSEP nº 464/13 revoga a Circular SUSEP nº 430/12. As demonstrações financeiras são apresentadas contemplando as alterações introduzidas pela circular e foram ajustadas para fins de comparação. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 20 de fevereiro de 2014. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC - 26 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.185/09 e da Circular SUSEP nº 464/13. Em virtude das alterações introduzidas pelas Circulares SUSEP 462/13 e 464/13, e para fins de melhor comparabilidade, foram reclassificados os riscos com emissão antecipada da rubrica Faturas emitidas antecipadamente no grupo "Compensação" para as rubricas de "Prêmios emitidos" e "Provisões técnicas" em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Foram reclassificados os impostos diferidos IR e CS referente à ação do Curto Prazo para o Longo Prazo, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2012	
	Saldos apresetados	Ajustes sentados (25.635)	Saldos reapresetados	Saldos apresetados	Ajuste sentados	Saldos reapresetados
Ativo	3.004.607	123.931	1.987.384	1.987.384	5.396	1.992.780
Circulante	4.119.618	-	2.978.972	44.814	-	1.992.780
Disponível	195.842	-	123.931	44.814	-	44.814
Aplicações	1.498.804	-	1.498.804	1.073.399	-	1.073.399
Créditos das operações com seguros e resseguros	569.529	2.585	572.114	330.565	4.080	334.645
Prêmios a receber	472.438	2.585	475.023	294.539	4.080	298.619
Operações com seguradoras	4.460	-	4.460	9.642	-	9.642
Operações com resseguradoras	92.321	-	92.321	26.384	-	26.384
Outros créditos operacionais	15.452	-	15.452	10.701	-	10.701
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	207.040	-	207.040	175.481	-	175.481
Títulos e créditos a receber	326.623	(29.073)	297.550	209.076	-	209.076
Títulos e créditos a receber	139.373	-	139.373	64.521	-	64.521
Créditos tributários e previdenciários	171.320	(29.073)	142.247	128.218	-	128.218
Outros créditos	15.930	-	15.930	16.337	-	16.337
Outros valores e bens	211	-	211	188	-	188
Despesas antecipadas	3.701	-	3.701	2.376	-	2.376
Custos de aquisição diferidos	259.316	853	260.169	140.784	1.316	142.100
Ativo não circulante	2.632.403	29.073	2.661.476	1.732.224	-	1.732.224
Realizável a longo prazo	2.598.325	29.073	2.627.398	1.703.176	-	1.703.176
Aplicações	1.075.236	-	1.075.236	939.052	-	939.052
Créditos das operações com seguros e resseguros	367.038	-	367.038	-	-	-
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	15.903	-	15.903	14.910	-	14.910

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarçados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **j) Custos de aquisição diferidos:** Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro, decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro e resseguro e/ou contratos de investimento com direitos a benefícios discricionários (DPF) são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos. **k) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as disposições técnicas e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em 18 de fevereiro de 2013, foi publicada a Circular SUSEP nº 462/13, que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial líquida do custo inicial de contratação, quando cabível. Corresponde ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado no r.v.m.e. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vitagens mas não incorridos (PPNG-RVNE), representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos vitagens, mas não operacionalmente emitidos. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atual, envolvendo a construção de triângulos que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. Conforme disposto na Circular SUSEP nº 462/13, a Provisão Complementar de Prêmios (PCP) deve ser revertida em sua totalidade ou gradualmente, com prazo limite para a reversão integral até 31 de dezembro de 2014, sendo que a mesma foi reclassificada para Outras Provisões Técnicas e não está sendo atualizada desde fevereiro de 2013, conforme requerido pela referida regulamentação. A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) foi extinta pela Circular 462/13 e seu lugar foi instituída a Provisão Complementar de Cobertura (PCC), que deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), que será melhor detalhado no item II. A Companhia não prevê a existência de Provisão de Insuficiência de Prêmios (PI), exceto para o produto Ouro Vida Revisado - OVR, que é uma apólice fechada de Vida em Grupo, com renovação anual automática e sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados. Para essa apólice, devido à especificidade do risco, o Teste de Adequação de Passivos é feito de forma segregada das demais carteiras. No Teste de Adequação de Passivos (TAP) de 31/12/2013, não foi verificada necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC), exceto para o produto Ouro Vida Revisado, acima mencionada. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET), é constituída, para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit líquido na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de coseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do IBNR (Estimados Mas Não Suficientemente Avisados), quando necessário, como elemento da Provisão de Sinistros. Líquido de Sinistros: Os valores relativos ao desenvolvimento de cobertura dos sinistros avisados e ainda não pagos, (CJL) cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos sinistros ocorridos e não avisados e conforme definido em cada Nota Técnica Atuarial. Inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **l) Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço, deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de operacionalização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguro. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 457 de 14 de dezembro de 2012 para as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2013, e apenas a apólice Ouro Vida Revisado, produto de vida em grupo da AB, comercializado na forma de apólice aberta "clube" denominado Ouro Vida Revisado (OVR) apresentou insuficiência. O produto OVR foi comercializado de 1998 a 2001, quando a Companhia Aliança do Brasil, identificou a deficiência técnica gerada pela ausência do reenquadramento de prêmios em função do envelhecimento dos segurados e pela cobertura de Invalidez Permanente por Doença (IPD). Para corrigir a deficiência técnica verificada, em janeiro/2008, a Companhia decidiu por constituir Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIP para garantir o futuro equilíbrio atuarial dessa apólice, Ouro Vida Revisado - OVR. Com a extinção da PIP, substituindo-a pela PCC, conforme alinea k retro citada, os resultados futuros dessa apólice são avaliados através do Teste de Adequação de Passivos (TAP), no qual é realizada projeção considerando a parcela do prêmio a ser ganha relativa aos riscos em estoque, em 31/12/2013 até a data provável e estimada de saída de cada segurado e por se constitua a Provisão Complementar de Cobertura (PCC). A saída de cada segurado foi estimada tomando-se por base a experiência histórica das saídas por cancelamento ou por sinistro. Para a projeção dos sinistros foram consideradas premissas de mortalidade e morbidade baseadas na tabela de mortalidade BR-EMS Masculina, tendo em vista que a taxa de mortalidade básica da Companhia é baseada na tabela de mortalidade BR-EMS Masculina e a taxa de mortalidade básica da tabela de mortalidade BR-EMS Feminina. **m) Sinistralidade:** O teste de sinistralidade é realizado no contrato nº 8º da Circular SUSEP nº 457, e para as demais carteiras a cada data de balanço. Os resultados e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPEM e SFHSH não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 457. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Taxa de juros livre de risco pré-fixada
Ramos	Sinistralidade
Seguro de pessoas	30,1%
Seguro de danos	25,1%

n) Passivos financeiros: Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as valor que compõem o grupo "Débitos com operações de seguros" que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **o) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando a probabilidade de perda é avaliada como alta. **p) Provisões Contingentes:** Conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões Contingentes. **q) Provisões Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:** Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **r) Benefícios aos empregados:** i. **Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. ii. **Obrigações com aposentadorias:** A Companhia implantou um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a Brasilprej Seguros e Previdência S.A., e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas nos balanços como despesas de benefícios, no período em que esses serviços são prestados aos empregados. iii. **Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **p) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreendem substancialmente as despesas oriundas das contribuições ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) provisionadas mensalmente. As despesas com apólices e contratos também são registrados nesse grupo, e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem ganhos sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável e 10% sobre o lucro líquido. O imposto de renda tributável anual excedente a R\$ 240.000,00 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que, o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, o qual este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estipando provisões.

Grupo de Ramos	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012			
Ramos	Prêmio Emitido Líquido(*)	Resseguro Cedido Retenção	Prêmio Emitido Líquido(**)	Resseguro Cedido Retenção	
Pessoas	3.761.127	4.719	2.933.819	227	
Rural	1.407.875	460.207	814.282	222.312	
Habitacional	131.790	40.239	76.884	3	
(*) Prêmio Emitido Líquido de Coseguro e Cancelamentos					
(**) Não contemplada a emissão antecipada apresentada na nota 2.6					

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. O risco de seguro; o risco de crédito; o risco de liquidez; o risco de mercado; o risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos: O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento e na atuação, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovado pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas adotadas pelos acionistas, Banco do Brasil e MAPFRE, o sistema de gestão de riscos é baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A avaliação de riscos, adiconada a parâmetros de perda e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês:

- Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a constituição das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste Comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para aprovação do Conselho de Administração, dentre outros, políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.
- Comitê de riscos e controles internos:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.
- Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
- Comitê executivo:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de negócios internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita a hierarquia definida pelo sistema de controle interno e segue o modelo de interação com o Conselho de Administração que são as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetua dos análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de seguro:** A Companhia define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja transferência sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que integram risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Por outro lado, contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido é o risco de crédito. O risco de sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Companhia está exposta é minimizada em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguras elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de métodos ou bases de características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio líquido de resseguro:

Região geográfica	Bruto de Resseguro (*)						Líquido de Resseguro (*)							
	Demais	%	DPVAT	%	Vida	Total	Demais	%	DPVAT	%	Vida	Total		
Centro Oeste	387.348	7%	9.089	0%	561.292	10%	957.729	17%	231.003	5%	9.089	0%	560.572	11%
Nordeste	106.639	2%	16.919	0%	671.153	12%	794.711	14%	72.520	2%	16.919	0%	670.470	16%
Norte	40.304	1%	5.338	0%	193.476	4%	239.018	5%	33.357	1%	5.338	0%	193.296	4%
Sudeste	414.323	8%	44.816	1%	1.708.454	32%	2.167.593	41%	309.870	6%	44.816	1%	1.704.281	35%
Sul	591.051	11%	19.896	0%	626.852	12%	1.237.799	23%	392.469	8%	19.896	0%	627.219	13%
	1.539.665	29%	96.058	1%	3.761.127	70%	5.396.850	100%	1.039.219	22%	96.058	1%	3.756.408	77%

(*) As operações estão líquidas de R\$ 99.115 (R\$ 93.352 em 2012). (**) Não contempla a emissão antecipada de R\$ 2.576

Sensibilidade do risco de seguro: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas nas análises, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de IBNR. Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 e 2012. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos bases de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. O fator utilizado para essa empresa com base nos estudos realizados foi de 7,52%. **ii. Provisão Complementar de Cobertura PCC para seguros de longo prazo - Ouro Vida Revisado.** Simulamos como um agravamento de 5% na tabela de mortalidade utilizada para cálculo da PCC poderia ter afetado o saldo da PCC e consequentemente o Resultado e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Simulamos como uma redução de 1% na taxa de desconto utilizada para cálculo da PCC poderia ter afetado o saldo da PCC e consequentemente o Resultado e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2013 e 2012. **iii. Provisão Complementar de Cobertura PCC para seguros de curto prazo (a3):** Simulamos como um agravamento de 5% na premissa de sinistralidade da PCC afetaria o Resultado e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 respectivamente. Os resultados obtidos demonstraram que mesmo com a elevação de 5% na sinistralidade, a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG é mais que suficiente para cobertura dos sinistros e despesas futuras. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira teria impactado o Resultado e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 respectivamente. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	2013		2012	
	Impacto no Patrimônio Líquido/Resultado	Impacto no Patrimônio Líquido/Resultado	Impacto no Patrimônio Líquido/Resultado	Impacto no Patrimônio Líquido/Resultado
(a) Provisões Técnicas	Total	(156.260)	(162.639)	
a1. IBNR	Aumento	(15.259)	(17.900)	
a2. PCC de longo prazo	Aumento	(31.885)	(32.130)	
(b) Sinistralidade	Aumento	(408.923)	(40.586)	

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites de determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode ser materializar por meio dos seguintes fatos:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento;
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas;
- Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos coseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política de qualidade as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta generalidade de crédito referidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Existem alguns resseguros com a Resseguradora do Grupo MAPFRE. Até 31 de dezembro de 2013, os parceiros de resseguro eram:

Nome do Ressegurador	% Cessão	Rating
IRB Brasil Resseguros S.A.	53,87%	-
MAPFRE Re do Brasil	25,25%	-
Companhia de Resseguros	20,88%	A-
MAPFRE Re Companhia de Resseguros S.A.	100,00%	-

Admitido **Total** **100%** **A-**

O ressegurador local não possui rating, contudo, é realizada uma avaliação de crédito. Os ratings de resseguro são acompanhados pela área de resseguros, cuja principal fonte é a S&P, agência classificadora de risco.

Grupo de Ramos	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68

Grupo de Ramos	Ramos	Límite de retenção
Pessoas Coletivas		29
		2.400.000
		36, 69, 80
		800.000
		77, 82, 84
		3.000.000
		93
		3.200.000
		61, 65
		3.000.000
Habitacional Rural		3, 4, 5, 6, 8, 9, 64
		800.000
		1, 7
		2.500.000
		30, 62, 98
		3.000.000
		2, 1
		3.200.000
		29, 84, 91
		3.200.000
Pessoa Individual		36, 69, 77, 80, 83, 86
		800.000
		81
		950.000
		31 de dezembro de 2013
		31 de dezembro de 2012

Gerenciamento do risco de crédito: Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating para alocação, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Emissor	Título	Valor Contábil/Valor Justo	Rating
Banco Nordeste do Brasil S/A	Certificados de depósito bancário (CDB)	22.296	brAAA (S&P)
Banco Bradesco	Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	16.673	Ba1. br (Moody's) brBB+
Banco Tricury	Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	16.651	(Austin Ratings)
Banco Mercantil do Brasil	Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	16.608	brA- (S&P)
Banco Indusval	Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	13.321	brA+ (S&P)
Banco Pine	Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	13.196	brAA (S&P)
Banco Pine	Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	13.177	brAA (S&P)
BIB Banco	Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	12.538	brAA- (S&P)
Fibra	Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	12.489	brA- (S&P)
Sofisa	Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	12.470	Aa3 (Moody's)
Banco Mercantil do Brasil Brasil Telecom	Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	7.909	Aa3.br (Moody's)
BNDES Participações S/A	Debêntures	35.510	Aaa.br (Moody's)
BNDESPar	Debêntures	28.564	brAAA (S&P)
BR Malls Participações S.A	Debêntures	20.342	AAA (Fitch)
Nova Dutra - Concessionário	Debêntures	13.425	brAAA (S&P)
Rod. Pres. Dutra	Debêntures	10.565	brAAA (S&P)
Bandeirante Energia S/A	Debêntures	10.565	brAAA (S&P)
Brookfield Distributors S.A	Debêntures	10.411	A3.br (Moody's)
AES Sul Ind. Gaúcha de Energia S.A.	Debêntures	10.387	brAA- (S&P)
EVEN Construtora e Incorporadora S/A	Debêntures	10.356	brAAA (S&P)
Companhia Siderúrgica Nacional	Debêntures	10.176	brAAA (S&P)
Conc. Sistema Anhanguera-Bandeirantes S/A	Debêntures	10.047	Aaa.br (Moody's)
Telemar Norte Leste S/A	Debêntures		

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

b) Movimentação das aplicações financeiras

Descrição	2013				2012			
	Transfêrência	Aplicações	Resgates	Ganho/Prov. Desv.	Rendimentos/Atualizações	Despesas/Atualizações	2013	
Fundo de investimento exclusivo	1.079.172	(784.348)	2.243.613	(1.662.619)	(4.000)	88.536	-	960.354
Quotas de fundo não exclusivo	21.852	-	1.101.474	(1.059.731)	-	1.560	-	65.155
Fundo de invest. Bradesco - DPVAT	80.847	-	26.292	(12.369)	-	7.117	-	101.887
Fundo de invest. em direitos creditórios	45.780	-	30.000	(14.439)	-	5.551	-	66.892
Debêntures	231.965	-	30.037	(76.926)	(8.341)	20.642	-	197.377
Letras financeiras - LF	113.730	-	85.309	(59.413)	620	14.445	-	154.691
Certificado de depósito bancário - CDB	27.103	-	-	(6.747)	77	1.863	-	22.296
Certificado de depósito bancário (CDB-DPGE)	31.512	-	35.705	-	(20)	4.707	-	71.904
Derivativos opções - café	-	-	3	-	-	-	-	3
Derivativos opções - dólar	-	-	16	-	-	(13)	-	3
Derivativos opções - milho	-	-	24	-	-	(17)	-	7
Derivativos opções - soja	5	-	65	-	-	2	(5)	67
Notas do tesouro nacional - NTN-B	126.051	-	81.272	(14.436)	(17.260)	17.015	-	192.642
Fundo de investimento exclusivo	692.638	681.630	221.826	(87.847)	-	88.613	-	1.596.860
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	123.289	-	-	(39.280)	-	10.832	-	94.841
Outras aplicações	96	-	-	-	-	(26)	-	70
Total	2.574.040	(102.718)	3.855.636	(3.033.807)	(28.924)	260.853	(31)	3.525.049

Descrição	2013				2012			
	Transfêrência	Aplicações	Resgates	Ganho/Prov. Desv.	Rendimentos/Atualizações	Despesas/Atualizações	2012	
Fundo de investimento exclusivo	697.387	44.269	2.268.820	(2.024.429)	-	93.125	-	1.079.172
Quotas de fundo não exclusivo	-	-	322.599	(300.925)	-	178	-	21.852
Quotas de fundo DPVAT	70.843	-	25.374	(22.281)	-	6.911	-	80.847
Fundo de investimento em direitos creditórios	48.938	-	17.821	(25.917)	-	4.938	-	45.780
Debêntures	126.411	-	134.112	(51.421)	5.723	17.140	-	231.965
Letras financeiras	50.878	-	55.000	-	(32)	7.884	-	113.730
Certificados de depósito bancário (CDB)	26.830	-	21.501	(23.593)	40	2.325	-	27.103
Certificado de depósito bancário (CDB-DPGE)	69.528	-	-	(41.974)	(10)	3.968	-	31.512
Notas promissórias	-	-	25.000	(25.961)	-	961	-	112
Opções de dólar	122	-	9	-	-	(122)	-	3
Opções de soja	310	-	-	-	-	39	(353)	5
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	52.910	-	64.368	(5.776)	5.989	8.560	-	126.051
Fundo de investimento exclusivo	730.304	(44.269)	47.380	(115.307)	-	74.530	-	692.638
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	137.909	-	54.803	(85.035)	-	15.612	-	123.289
Outras aplicações	81	-	-	-	-	15	-	96
Total	2.012.451	-	3.036.787	(2.722.619)	11.710	236.186	(475)	2.574.040

c) Composição por prazo e por título

Ativos designados pelo valor justo por meio	2013				2012			
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Contábil/Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo	
Fundos de investimentos	315.957	46.454	64.323	700.662	1.194.288	1.278.376	(84.088)	
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	-	47.650	397.864	445.454	467.316	(21.862)	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	-	168.244	168.244	233.252	(65.008)	
Operações compromissadas	149.297	-	-	-	149.297	149.297	-	
Quotas de fundo DPVAT	101.887	-	-	-	101.887	101.887	-	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	-	-	-	134.614	134.614	133.236	1.378	
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	-	46.454	16.673	-	63.127	62.959	168	
Fundos não exclusivos	65.155	-	-	-	65.155	65.155	-	
Caixa/ajuste DI	(382)	-	-	-	(382)	(382)	-	
Carteira administrada	66.892	-	-	66.892	65.656	1.236		
Quotas de fundos de investimentos em direitos creditórios	66.892	-	-	-	66.892	65.656	1.236	

Ativos financeiros disponíveis para venda	2013				2012			
	180 dias	360 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Contábil/Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo	
Fundos de investimentos	192.493	192.493	94.876	1.351.472	1.638.841	1.691.701	(56.860)	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	58.172	814.937	873.109	906.943	-	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	162.504	-	-	375.805	538.309	558.949	-	
Letras do tesouro nacional (LTN)	29.989	-	-	103.570	133.564	133.098	-	
Carteira administrada	-	-	36.704	57.160	93.864	94.841		
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	36.704	57.160	93.864	94.841	-	

Ativos mantidos até o vencimento	2012				2013			
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Contábil/Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo	
Fundos de investimentos	299.052	58.131	81.892	742.795	1.227.651	1.176.540	51.111	
Letras do tesouro nacional (LTN)	24.993	24.592	47.486	355.614	452.686	439.171	13.515	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	13.421	-	187.234	200.655	194.354	6.301	
Operações compromissadas	145.579	-	-	-	145.579	191.534	(45.955)	
Quotas de fundo DPVAT	80.847	-	-	-	80.847	80.847	-	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	25.781	-	-	142.070	167.851	157.028	10.823	
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	-	-	34.406	57.877	92.283	92.105	178	
Fundos não exclusivos	21.852	-	-	-	21.852	21.852	-	
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	-	
do tesouro (LFT)	-	20.118	-	20.118	(175)	20.293	-	
Carteira administrada	45.780	-	-	45.780	(176)	45.956		
Quotas de fundos de investimentos em direitos creditórios	45.780	-	-	-	45.780	(176)	45.956	

Ativos mantidos até o vencimento	2012				2013			
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Contábil/Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo	
Fundos de investimentos	73.397	119.754	85.639	575.915	734.951	692.638	42.313	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	73.397	-	-	374.847	448.244	422.030	46.214	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	61.047	-	151.574	212.621	199.932	12.689	
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	24.592	-	49.494	74.086	70.676	3.410	
Carteira de Investimento	-	34.115	-	96.372	130.487	123.289	6.098	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	34.115	-	96.372	130.487	123.289	6.098	
Outras aplicações	-	-	96	-	96	-	-	

d) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos alocados em carteira administrada tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última captação publicada pela BM&Fbovespa S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros. Os títulos de renda fixa privados alocados em carteira administrada tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM). Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA e para aqueles sem cotação utiliza-se metodologia própria - "marked to model" - com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures (SND). Para fins de cálculo do valor justo e como alternativa à ausência de negócios significativos, utilizam-se as cotações dos últimos 21 negócios efetivos divulgados pelo SND, com o devido tratamento estatístico de acordo com o manual de marcação a mercado disponível no site da BB-DTVM. Os preços CDB's foi desenvolvido um modelo de marcação a mercado que utiliza como base e parâmetros os negócios efetivos nos últimos 15 dias de fundo de investimento da BB Gestão de Recursos DTVM S.A., leilões ou consultas no mercado e emissões primárias registradas na CETIP S.A. - Mercados Organizados. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&Fbovespa para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autogestão da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A gestão e o valor dos títulos DPVAT, é informado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., não tendo diferença entre o valor contábil e o valor de mercado. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&Fbovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia. **e) Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3: Quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis ou não conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida. Não houve reclassificação entre as categorias das aplicações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. A Companhia não possui operações financeiras na categoria de nível III.

Ativos designados pelo valor por meio do resultado	2013			2012		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos de investimentos exclusivos	1.127.396	-	1.127.396	1.089.588	92.283	1.181.871
Letras do tesouro nacional (LTN)	445.454	-	445.454	452.686	-	452.686
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	168.244	-	168.244	200.655	-	200.655
Operações compromissadas	148.915	-	148.915	145.579	-	145.579
Quotas de fundo DPVAT	101.887	-	101.887	80.847	-	80.847
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	134.614	-	134.614	167.851	-	167.851
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	63.127	-	63.127	-	92.283	92.283
Fundos não exclusivos	65.155	-	65.155	21.852	-	21.852
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	-	-	20.118	-	20.118
Carteira administrada	-	66.892	66.892	45.780	45.780	45.780
Quotas de fundos de investimentos em direitos creditórios	-	66.892	66.892	-	45.780	45.780
Total	1.127.396	66.892	1.194.288	1.089.588	138.063	1.227.651

Ativos financeiros disponíveis para venda	2013			2012		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Carteira administrada	192.722	446.268	638.990	126.056	404.310	530.366
Debêntures	-	197.377	197.377	-	231.965	231.965
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	192.642	-	192.642	126.051	-	126.051
Letras financeiras	-	154.691	154.691	-	113.730	113.730
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	-	71.904	71.904	-	31.512	31.512
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	22.296	22.296	-	27.103	27.103
Opções de soja	67	-	67	5	-	5
Opções de milho	7	-	7	-	-	-
Opções de dólar	3	-	3	-	-	-
Opções de café	3	-	3	-	-	-
Total	192.722	446.268	638.990	126.056	404.310	530.366

Ativos mantidos até o vencimento	2013			2012		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos de investimentos exclusivos	1.596.860	-	1.596.860	692.638	-	692.638
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	556.943	-	556.943	422.030	-	422.030
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	906.819	-	906.819	199.932	-	199.932
Letras do tesouro nacional (LTN)	133.098	-	133.098	70.676	-	70.676
Carteira administrada	94.841	-	94.841	123.289	-	123.289
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	94.841	-	94.841	123.289	-	123.289
Total	1.691.701	-	1.691.701	815.927	-	815.927

f) Desempenho: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global dos ativos financeiros, títulos públicos e títulos privados que compõem a Carteira de Investimentos atingiu 7,34% em 2012 (9,74% em 2011) no acumulado do ano, representado 91,

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

COFINS - A Companhia discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as seguradoras pela COFINS, e obteve decisão favorável em primeira instância que afastou a obrigatoriedade do recolhimento, sendo que atualmente o processo aguarda julgamento do recurso especial no STJ. Entre maio 1999 e maio de 2009 a Companhia calculou a COFINS sobre as receitas de prêmio, mais as receitas financeiras e as não operacionais, e efetuou depósitos judiciais apenas sobre as receitas de prêmios, suspendendo o pagamento da parcela incidente sobre as demais receitas amparada por decisão judicial. Todos os valores estão provisionados e, assim, com o depósito judicial, estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. A partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Companhia deixou de provisionar a COFINS sobre as demais receitas, passando a considerar apenas as receitas de prêmios na base de cálculo deste tributo, deixou de efetuar depósitos judiciais e passou a recolher a COFINS provisionada. Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CAT nº 2.773/2007, a Companhia reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFN/CAT nº 2773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como possível, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 145.862 (R\$ 127.251 em 31 de dezembro de 2012). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é provável. **PIS** - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 vigente até janeiro de 1999, possuindo decisão favorável em primeiro grau, e que hoje aguarda decisão de Agravo de instrumento interposto em dezembro de 2010. Entre dezembro de 1997 e janeiro de 1999 foram efetuados depósitos judiciais do tributo calculado e constituídos provisões de mesmo montante, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. Quanto ao PIS instituído pela Lei nº 9.718/98, vigente a partir de fevereiro de 1999, a qual alterou a base de cálculo para todas as receitas auferidas, a Companhia discute judicialmente a inconstitucionalidade e o aumento da base de cálculo e possui decisão parcialmente favorável de 1º grau autorizando o não recolhimento do PIS sobre as receitas que excedem o faturamento, porém determinando a incidência do tributo sobre as receitas de prêmios de seguro. Atualmente o processo encontra-se aguardando exame de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário. Entre fevereiro de 1999 e agosto de 2006 a Companhia recolheu o PIS incidente sobre o total das receitas auferidas e entre setembro de 2006 e maio de 2009 recolheu o PIS sobre somente sobre as receitas de prêmios de seguro, suspendendo o pagamento sobre as demais receitas. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a partir de junho de 2009 a Companhia deixou de provisionar a parcela de PIS incidente sobre as demais receitas e permaneceu recolhendo sobre as receitas de prêmios. Em dezembro de 2010 foram revertidas as parcelas de PIS provisionadas e não recolhidas entre setembro de 2006 e maio de 2009, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CAT nº 2.773/2007. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo do PIS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFN/CAT nº 2773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como possível, sendo que o montante de PIS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 13.430 (R\$ 10.765 em 31 de dezembro de 2012). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é provável. **CSLL** - A Companhia discute a majoração da alíquota da CSLL de 8% para 18% nos termos das Leis nº 9.249/95 e nº 9.316/96 e de 8% para 30% na forma da Emenda Complementar nº 10/96. Em dezembro de 2008, o Tribunal Regional Federal negou provimento aos recursos de apelação, tanto da União quanto da Companhia, enquanto que os recursos extraordinários interpostos por ambas as partes foram admitidos em abril de 2010 e em julho de 2010 o processo foi remetido ao STF para julgamento. Os valores envolvidos, com encargos moratórios encontram-se depositados judicialmente e os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda desse processo como "remota" em relação ao período de janeiro a junho de 1996 (EC 10/96) e como "provável" para os períodos subsequentes. **IRPJ** - A Companhia pleiteia judicialmente o direito de deduzir a provisão relativa à contribuição social sobre o lucro (CSLL) para a formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (IRPJ). Contra sentença desfavorável de segundo grau foi interposto recurso extraordinário que está aguardando julgamento no Supremo Tribunal Federal. Para os períodos-base de 1997 a 2000 a Companhia efetuou depósito judicial e constituiu provisão de mesmo montante, nos períodos-base subsequentes a Companhia passou a efetuar o recolhimento do IRPJ sem essa dedução. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda desse processo como "provável". **Discussões administrativas** - Até 2012 a Companhia teve como procedimento não adicionar à base de cálculo da CSLL despesas relacionadas a tributos discutidos judicialmente. Para o período-base de 2003 foi lavrado auto de infração no montante original, incluído principal, multa e juros de R\$ 3.996 pelo não adição de tributos discutidos judicialmente na base de cálculo da CSLL, em 2009 foi lavrado auto de infração para o período-base de 2004 a 2008 no montante original de R\$ 45.376, questionando a não adição na base de cálculo da CSLL das despesas de tributos discutidos judicialmente e a não adição na base de cálculo do IRPJ e da CSLL da atualização monetária sobre os tributos questionados judicialmente. Os advogados patrocinadores das causas reputavam como possível a expectativa de perda, motivo pelo qual não havia provisão constituída para esta contingência. Com a finalidade de aproveitar os benefícios gerados pelo REFIS, disposto pela Lei 12.865/13, a Companhia realizou a atualização das discussões administrativas e pelo pagamento dos valores atuados a vista, que totalizava R\$ 66.240 desatualizado até dezembro de 2013, sendo que com a aplicação dos benefícios do REFIS, houve redução de R\$ 28.935 nas multas e juros, resultando em um pagamento de R\$ 37.306, em dezembro 2013 foi lavrado auto de infração para os períodos-base de 2009 a 2011, no montante de R\$ 31.580, incluindo principal, multa e juros, o qual foi pago dentro do prazo de 30 dias com desconto de 50% na multa, gerando um desembolso de R\$ 26.079. A dívida total constituída até dezembro de 2013 era de R\$ 97.820, com um pagamento realizado de R\$ 63.385, a redução aplicada com os benefícios do REFIS foi de R\$ 34.435. O impacto no resultado da sociedade foi negativo de R\$ 930, em razão da constituição de ajustes temporários de IRPJ e CSLL. **Trabalhistas** - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista (principalmente horas extras) que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia. **Cível** - Referem-se a reclamações movidas por funcionários de empresas terceirizadas pleiteando direitos que advêm de suposto vínculo empregatício e a reclamações de natureza cível oriundas da negativa de pagamento ou discordâncias em relação ao valor de indenizações de sinistro.

	2013			2012		
	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis
Saldo inicial	479.931	637	41.412	521.980	458.977	458.977
Constituições	-	(3)	27.468	27.465	-	-18.776
Atualização monetária	22.878	12	2.744	25.634	20.954	40
Baixas/Reversões	-	(8)	(25.941)	(25.949)	-	(18.564)
Saldo final	502.809	638	45.683	549.130	479.931	637

c) Composição das ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal por probabilidade de perda

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão

	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão